

Economia em declínio

FROTA NETO

Brasil

A economia brasileira já está vivendo uma fase recessiva. A inflação nacional é de custos. Estes os dois pontos básicos da exposição que o empresário Abílio Diniz fez ontem para a imprensa, em Brasília. E, de certo modo, reflete o pensamento dominante no meio da iniciativa privada brasileira.

No desenvolvimento do seu raciocínio, Diniz acrescentou que é chegado o momento do Governo adotar providências para evitar que a recessão se transforme em depressão. Ou seja, que os apertos existentes terminem por desorganizar a atividade produtiva, gerando um sem-número de falências e concordatas (a chamada "quebradeira" generalizada) e o desemprego massificado. Ele considera, particularmente, que há indícios de que, a menos que o Governo promova alguns reajustes, os critérios de administração da economia podem levar a isso.

Em termos de pressão dos preços, o superintendente do Grupo Pão de Açúcar declara que a inflação brasileira é de custos e não de demanda. Uma abordagem que ele pretende ver justificada, a partir das elevadas taxas dos juros e dos reajustes automáticos de salários.

No encaminhamento de soluções, o empresário adianta que o Governo, mesmo adotando os procedimentos desaquecedores, deve injetar alguma força ou seiva revitalizadora na economia, inclusive reduzindo as contenções que atualmente imprime sobre as importações nacionais.

No conjunto das observações, as declarações de Abílio Diniz merecem algumas ponderações por parte deste repórter. Efetivamente a economia brasileira está muito desaquecida. Os indicadores de queda na produção são sinais suficientes nessa direção. Contudo ainda não se pode precisar se essa queda de ritmo implica, essencialmente, numa queda do produto suficiente para caracterizar o que tecnicamente se chamaria "fase recessiva". Com efeito, o crescimento do ano passado assustou o Governo (o produto atingiu 8,5%). Para este ano, a expectativa é de que se fique entre 5 e 6%. O que, academicamente, seria uma recessão. Mas em termos brasileiros é preciso considerar que o "ideal" seria um crescimento bem mais reduzido do produto. Com isso a economia se ajustaria mais rapidamente. Os procedimentos sociais em busca dos objetivos políticos, contudo, impedem essa diretriz.

Acontece que no agregado das empresas se o recessionismo é inevitável, setorialmente é perfeita a chance de evitá-lo. Ao definir as prioridades a curto/médio prazo, o Governo informou tal disposição. Se a agricultura, a geração e substituição de energia e as exporta-

ções conseguirem dar respostas positivas, a recessão este ano será evitável. E o produto poderá mesmo ficar acima dos 6% prefixados.

Quanto ao debate sobre se a inflação é de custos, ou de demanda ou função de outras variáveis, esta é apenas uma visão ortodoxa que recomenda des-polarizar um fenômeno complexo numa economia em plena transformação. O repórter concorda com a empresário Diniz quando aponta os custos como importante fator adicional na evolução dos preços. Mas observa que, embora importante, ele não é o item preponderante.

Com efeito, a empresa brasileira precisa procurar melhorar sua produtividade, aumentando sua eficiência. Este é um dos preços que terá que pagar nessa fase de lento ajustamento. Mas deve ser também recuperado o debate que enfoca a assimetria existente entre a oferta da produção industrial e o real poder aquisitivo do consumidor brasileiro. O consumo nacional tem sido artificialmente promovido. E este é um dos itens que compõem as pressões inflacionárias, do mesmo modo que se localiza nas empresas do Governo (com seus investimentos dispares) uma alavanca que faz os preços subirem.

Abílio Diniz tem razão quando mostra a necessidade do Governo descomprimir o "enxugamento" que procede nas importações. Isso teoricamente falando porque com a compra externa de produtos escassos no mercado interno se poderia diminuir a velocidade com que os preços sobem. Mas é preciso não esquecer que este não é um dado isolado. O fato do país ser obrigado a comprar menos do que deveria é porque a procura do equilíbrio na balança comercial é um dos mais importantes fatores na estratégia mais geral de realinhamento econômico. Vezes sem conta assessores do ministro do Planejamento têm enfocado para o repórter que o ideal seria responder às pressões de preços com importações. Akihiro Ikeda, o mais importante assessor de Delfim para temas econômicos, mostra contudo que isso só será possível quando se tiver garantia de êxito na política de exportações. O que até agora não tem sido o caso.

A consideração mais genérica, portanto, acentua disposições anteriores. Ou seja, de que o Governo e empresários concordam que há dificuldades a serem superadas. Mas enquanto o empresariado continua apostando que se chegou ao "fundo do poço", o Governo ainda não tem certeza de que a medicação até agora dada signifique a imunização da enferma economia a doenças posteriores. Desse modo, a questão permanece politicamente situada. O Governo garantindo-se pela manutenção dos controles contencionistas. O empresário apelando para que não se aperte mais.